



GESTÃO SOCIAL: UM CAMPO DE PRÁTICAS EM BUSCA DE TEORIAS

**Social management: a field practice
in search of theories**

**Gestión social: un campo de prácticas
en busca de teorías**

Frédéric Vandenberghe *

* Graduação em Ciências Sociais e Políticas (RU Gent, Bélgica, 1988), mestrado em Sociologia (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1989) e doutorado em Sociologia (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1994). Atuando principalmente nos seguintes temas: Realismo crítico, Hermenêutica e Fenomenologia; Globalização, micro-sociologia e teoria da ação; Dádiva, intersubjetividade e crise existencial. Membro do conselho de Sociological Theory, European Journal of Social Theory, Revue du MAUSS e Revue canadienne de sociologie. Membro da International Association for Critical Realism (IACR, Londres), Center for Cultural Sociology (CCS, Yale University), Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales (MAUSS, Paris) e Kosmopolis Institute (Utrecht, Holanda). Site pessoal <http://frederic.iesp.uerj.br/>. E-mail: frederic@iesp.uerj.br.

Para um observador externo como eu, sociólogo de formação e de profissão, trabalhando na área da teoria social, a “gestão social” parece um campo de práticas em busca de teorias. Campo, gestão e social, eis as três palavras centrais reunidas num conceito polissêmico que serve de bandeira multicolor em volta da qual pesquisadores e ativistas da “outra economia” (Cattani et al., 2009) se reúnem em um projeto acadêmico para constituir uma nova ciência humana empírica, normativa e aplicada dentro do “campo das públi-

cas”. Cada uma das três palavras elencadas merece e precisa, porém, de elucidação. Espera-se que a elucidação traga novas formulações que, quem sabe, levem às novas questões.

CAMPO: A gestão social é um campo de pesquisa no sentido da sociologia e da antropologia. No sentido de Bourdieu (1976), é um campo de uma ciência emergente e heterodoxa, animada por cientistas-ativistas heréticos que se revoltam contra o establishment e tentam, por isso,

estabelecer uma nova posição de oposição dentro do campo brasileiro da gestão e da administração. Enquanto campo de luta pela emergência de uma ciência aplicada de dissidência que define o conhecimento a partir de meios e de fins alternativos, públicos e não privados ou corporativos, a gestão social tem seus interesses e funcionamento próprios. Como qualquer ciência, ela define o seu âmbito por mecanismos de inclusão e de exclusão, de abertura e de fechamento. Se os seus membros se desempenham na definição de um campo de conhecimento alternativo com as suas referências consagradas e as suas bibliografias reconhecidas é, sem dúvida, também porque o interesse em quebrar o monopólio de definição do que merece ser conhecido e estudado serve para fortalecer os poderes e os interesses de alguns. Não sei se a gestão social já tem os seus “caciques” e as suas “panelinhas”, mas de toda evidência, com a ENAPEGS, a Rede Nacional de Pesquisadores da Gestão Social, o Observatório da Formação em Gestão Social e, agora também, a publicação de um Dicionário para a formação em gestão social (Boullosa, 2013), ela está no caminho certo da institucionalização não só das (boas) práticas e teorias, mas também dos interesses (particulares) daqueles que possuem, como diria Bourdieu, um “interesse no universal”.

O campo não é só um campo no sentido sociológico de lutas entre portadores de interesses e formuladores de conceitos, mas também o é em sentido antropológico. O campo que o/a pesquisador/a estuda e observa, no qual ele/a participa e se engaja, é um campo social, territorial, local e enraizado. Em geral, o/a pesquisador/a não tem os mesmos interesses, gostos, referências, etc. que “os nativos” que ele/a estuda. Ele/a não mora nem vive com eles. Para ir ao campo, ele/a tem que se deslocar espacialmente, culturalmente e socialmente. Mais do que os seus/suas colegas da administração, mas com características sociais e econômicas semelhantes aos seus/suas colegas do serviço social, da medicina social ou da psicologia comunitária, ele/a tem consciência da distância social, cultural e econômica que

o/a separa das comunidades onde ele/a trabalha. Como ciência de oposição, a gestão social se pratica com consciência.

GESTÃO: Como dissidência dentro do campo da ciência da administração, a gestão social se constituiu em oposição ao que, lá fora, se denomina de business & management e public administration. Se a primeira está ligada antes de tudo ao mercado global, a segunda focaliza no Estado nacional. Com as mudanças estruturais da economia e da tecnologia dos últimos 30 anos, mudanças simultâneas das relações e das forças de produção, conceituadas em termos da passagem do fordismo ao pós-fordismo, do industrialismo ao pós-industrialismo, do neo-keynesianismo ao neoliberalismo, da nacionalização a globalização, a lógica do mercado começou a invadir e colonizar a teoria e as práticas da administração pública.

A emergência nos anos 80 do século passado da noção de “governança” (governance) é sintomática da mudança das relações de força entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Introduzida como substituto do government, a governança incluiu um verdadeiro programa metapolítico (quase-gramsciano) de “liquidação” do Estado em prol do mercado e das grandes corporações internacionais. É esse contexto de liberalização, privatização, mercantilização e flexibilização da economia que explica a emergência no Brasil da noção polissêmica de gestão social como verdadeiro contra-conceito, conceito antagonista, conceito de batalha (França Filho e Boullosa, 2015), cunhado para pesquisadores da outra economia e militantes do terceiro setor.

Contra a hegemonia do pensamento utilitarista, mercantil e neoliberal que encontrou a sua expressão mais nítida no New Public Management, os pesquisadores que trabalham em, com e para as comunidades populares no campo e no subúrbio, introduziram a noção do management social em um duplo movimento: da direita para esquerda – contra o mercado - e de cima para baixo – do Estado para a sociedade civil. Com esse deslocamento para as comunidades, associações,

redes da sociedade civil, a gestão social (third sector governance) se colocou como alternativa à ambos: ao business and management e à public administration. Não que a gestão social é contra o Estado, mas como abordagem pós-marxista, os gestores e incubadores de projetos sociais públicos que trabalham nas, com e para as comunidades populares adjetivaram a gestão para indicar o seu compromisso moral e social com a base.

Enquanto a oposição à governança e ao mercado está clara, a relação da gestão social com o Estado é vista de bons olhos. Não tem ambiguidade. Não sei dizer se é um resquício de antigos reflexos marxistas, mas o toque paternalista do Estado mal é questionado. Na esteira do projeto de uma sociologia crítica e reflexiva, consciente das suas condições sociais de emergência e de aplicação (Horkheimer, 1937), proponho introduzir a noção foucaultiana de governamentalidade (Foucault, 2012) para problematizar a relação entre o campo da gestão social, o Estado e a sociedade civil. Para evitar mal entendidos, friso que a nossa intenção (a minha e a sua, aquela da gestão social) não é hipercrítica, mas reconstrutiva (Vandenberghe, 2014). Queremos apoiar as práticas que conduzem à maior autonomia dos atores. Não se trata de fortalecer a teoria crítica da dominação, como aquela da Escola de Frankfurt, com uma teoria foucaultiana ou deleuziana da gestão social como administração e dominação (no sentido de Herrschaft de Max Weber) das comunidades. A intenção não é de “fechar o sistema”, para submetê-lo a um crítica externa ou transcendente, mas de incluir os excluídos a fim de contribuir à constituição de um sistema social mais justo e democrático. Os gestores do social, os servidores públicos e sociais, representam talvez versões atuais dos missionários de ontem, mas isso não significa que os administradores do social são agentes do Estado que governam “sem governar a sociedade” (Rose, 1999). Sem dúvida, a gestão social é uma maneira mais sutil, mas por isto não menos eficaz de governar as populações e as comunidades pela regulação dos agentes autônomos, administrando-os por sua adesão e

participação a uma comunidade particular. Mas, na ausência de uma perspectiva normativa capaz de distinguir entre poder e empoderamento (empowerment), dominação e emancipação, a gestão social perde o seu rumo e a sua identidade.

Não é por acaso que, na sua tentativa para distinguir a gestão social da gestão estratégica, Tenório e seus colegas da FGV (Cançado, Pereira e Tenório, 2013) tem encontrado Habermas em seu percurso. A teoria da ação comunicativa de Habermas permite, de fato, associar a gestão de políticas sociais à gestão democrática e participativa sem redução, definindo com mais clareza os “interesses de conhecimento” do novo subcampo da administração. Diferentemente da administração estratégica, o seu interesse de conhecimento não é um interesse técnico, nem hermenêutico, mas um interesse – diria até um inter-esse – emancipatório (Habermas, 1978). O seu ponto não é só de interpretar o campo (nos dois sentidos da palavra), mas de transformá-lo.

Não podemos, porém, negar a força de uma crítica genealógica do interesse emancipatório. Seja com Bourdieu, seja com Foucault, podemos mostrar que o campo da gestão social tem os seus próprios interesses. Por isto, proponho pensar a gestão social não só com adjetivo (cfr. infra), mas também como substantivo, i.e., como organização mista que se situa no cruzamento do sistema administrativo e do mundo da vida. Como organização que coordena estrategicamente as ações comunicativas da administração e/ou coordena comunicativamente as ações estratégicas dos membros da comunidade, a gestão social é uma organização que transmite as diretrizes da administração estatal para as comunidades, mas que faz isto de maneira participativa. Desta feita, ela não só “subordina as questões econômicas [e políticas] à questão social” (Cançado et al., 2013: 8), mas, fazendo isto, ela também conscientiza os atores de toda a gama de interesses que estão em jogo e permite assim, idealmente, a todos os atores – e aqui incluo explicitamente os pesquisadores e os ativistas do terceiro setor – controlar coletiva e reflexivamente as práticas sociais do

campo (no duplo sentido). Não adianta falar de emancipação quando os interesses e o poder do próprio campo não são suficientemente tematizados ou tematizáveis.

SOCIAL: O campo da gestão se substantiva e se adjetiva pelo social. O social é ao mesmo tempo genitivo (gestão dos projetos sociais em prol dos pobres e dos excluídos) e ablativo (a partir das comunidades da sociedade civil, com, por e para elas). O social qualifica a gestão de três maneiras as quais têm haver com o fato de que a população é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto das práticas de intervenção dos pesquisadores. Ela é de uma só vez o sujeito da gestão e sujeita a gestão. A gestão social não se pratica na perspectiva estratégica do management (a população como recurso ou capital humano, i.e., como objeto), mas na perspectiva comunicativa e participativa (a população como parceira, i.e., como sujeito e co-produtor) de uma gestão em comum do bem público pelos agentes que são diretamente interessados. Esta gestão ainda pode ser dita social porque ela não visa o lucro, mas o bem comum. Ele não se faz for profit, para fins lucrativos de uma minoria de proprietários e acionistas (shareholders) de uma empresa privada, mas for benefit, a proveito de uma maioria (stakeholders) em nome de quem faz a gestão e de quem tem um interesse ativo no sucesso da gestão. Esse interesse público compartilhado explica por que a gestão, como atividade, processo e organização, é social. Finalmente, a gestão é social porque a população beneficiada é, em geral, de baixa renda. As comunidades da gestão social são “carentes”. Toda a atividade dos gestores, trabalhadores e incubadores sociais consiste num esforço coordenado e concertado para dar a comunidade o poder de se transformar e de se emancipar por si mesmo. Nesse sentido, a gestão social é socialista e humanista (mas, sem dúvida, é melhor não dizer isso publicamente).

A gestão social é uma nova ciência social empírica, normativa e aplicada. Essa emergente é empírica, porque o seu conhecimento é real e

vem do campo; ela é normativa também porque ela não é neutra, mas crítica e se inspira em princípios normativos e valores éticos que prezam a autonomia; e aplicada, porque ela é pensada como uma tecnologia de emancipação e de participação. Numa frase só, podemos assim concluir afirmando que essa ciência emergente do social visa o crescimento da autonomia (aquela do campo e dos seus objetos que são sujeitos).

Referências

BOULLOSA, R. F. **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: Ciags. 2013.

BOURDIEU, P. “**Le champ scientifique**”. Actes de la recherche en sciences sociales, 2-3, pp. 88-104. 1976.

CANÇADO, A. C., PEREIRA, J. e TENÓRIO, F. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013.

CATTANI, A.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FOUCAULT, M. **Du gouvernement des vivants. Cours au Collège de France**. 1978-1979, Paris, Seuil/Gallimard, 2012.

FRANÇA FILHO, G. e BOULLOSA, R. **Social Management and Para-economy: Redefining the Analysis of the Associative Fact**, pp. 222-233 in LAVILLE, J.-L.; YOUNG, D. e EYNAUD, P. (Org.). *Civil Society, the Third Sector and Social Enterprise: Governance and Democracy*. New York: Routledge, 2015.

HABERMAS, J. **Erkenntnis und Interesse**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1968.

HORKHEIMER, M. **Traditionelle und kritische Theorie**. Gesammelte Schriften. Bd. 4: Schriften 1936-1941. Frankfurt: Fischer, 1937.

ROSE, N. **Powers of Freedom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

VANDENBERGHE, F. **What’s Critical about Critical Realism?**. Essays in Reconstructive Social Theory. Londres: Routledge, 2014.

